



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
10ª Região da PMMG

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos leves e pesados de diversas marcas e modelos, da frota do Estado Maior da 10ª RPM, 15º BPM, 46º BPM, 7ª Cia PM Mamb, 7ª Cia PM RV, com o eventual emprego de peças e acessórios de reposição original ou genuínas, com fornecimento parcelado e borracharia, apoio mecânico e serviços de guincho em regime de plantão 24 horas, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento.

UNIDADES	ABRANGÊNCIA	LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Percentual de Desconto para peças genuínas, acessórios e materiais	Percentual de Desconto para peças originais, acessórios e materiais	Unidade fornecimento	Quantidade	VALOR UNITÁRIO, REFERÊNCIA, EM R\$ DA HORA TRABALHADA	VALOR TOTAL A SER CONTRATADO EM R\$
10ª RPM, 15º BPM, 7ª Cia PM Mamb, 7ª Cia PM RV	Patos de Minas, Carmo do Paranaíba, Arapuá, Rio Paranaíba, São Gotardo, Matutina, Tiros, Lagoa Formosa, Varjão de Minas, São Gonçalo do Abaeté, Distrito de Beira Rio, Presidente Olegário, Lagamar, Lagoa Grande	1	1	25593	Manutenção e reparo em veículos leves	5%	8%	HORA	3.769	120,00	R\$ 452.280,00
			2	25607	Manutenção e reparo em veículos pesados.	5%	8%	HORA	34	300,00	R\$ 10.200,00
46º BPM, 7ª Cia PM Mamb, 7ª Cia PM RV	Patrocínio, Coromandel, Abadia dos	2	1	25593	Manutenção e reparo em veículos leves	20%	10%	HORA	2.450	100,00	R\$ 245.000,00

	Dourados, Monte Carmelo, Irai de Minas, Distrito de Celso Bueno, Serra do Salitre, Romaria, Guimarânia, Douradoquara, Cruzeiro da Fortaleza, Distrito de Brejo Bonito, Distrito de Pantano									
		2	25607	Manutenção e reparo em veículos pesados.	20%	10%	HORA	31	130,00	R\$ 4.030,00

1.1.1. O quantitativo de itens a serem contratados é meramente estimativo, uma vez que neste caso concreto, considerando-se o valor global da contratação, quanto maiores os descontos ofertados na sessão do pregão eletrônico, maior será a quantidade de homem/hora contratados. Os quantitativos constantes neste termo de referência de manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de peças, destinam se ao atendimento da demanda espontânea da frota do Estado Maior da 10ª RPM, do 15º BPM, do 46º BPM, da 7ª Cia PM RV e 7ª Cia PM Mamb. Os valores de referência foram obtidos em pesquisa de mercado. Quanto maior o desconto, mais horas de serviço poderão ser contratadas. Os descontos em peças genuínas e originais devem ser considerados a partir dos valores obtidos na pesquisa de mercado.

1.2. **Informações complementares:**

1.2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada **em manutenção preventiva e corretiva de veículos LEVES, E PESADOS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS, da frota do Estado Maior da 10ª RPM, do 15º BPM, do 46º BPM, da 7ª Cia PM RV e 7ª Cia PM Mamb, com o eventual emprego de peças e acessórios de reposição genuína e ou original, com fornecimento parcelado e ainda somente o fornecimento da peça para execução do serviço em oficina orgânica.**

1.2.2. Prestação de serviço contínuo, conforme necessidade da unidade, 12 meses contados da data de sua publicação, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021., para manutenção preventiva e corretiva de veículos leves e pesados de diversas marcas e modelos, com o emprego de peças e acessórios genuínos e originais da montadora do veículo.

1.2.3. Considera-se para essa licitação, o contido na Resolução CONTRAN 798/2020 Art. 12 § 1º :

- § 1º Para fins de cumprimento do estabelecido no caput, os tipos de veículos registrados e licenciados devem estar classificados conforme as duas denominações descritas a seguir:
- a) VEÍCULO LEVE - ciclomotor, motoneta, motocicleta, triciclo, quadriciclo, automóvel, utilitário, caminhonete e camioneta, com peso bruto total inferior ou igual a três mil e quinhentos quilogramas.
 - b) VEÍCULO PESADO - ônibus, micro-ônibus, caminhão, caminhão-trator, trator de rodas, trator misto, chassi plataforma, motor-casa, reboque ou semirreboque, combinação de veículos, veículo leve tracionando outro veículo, ou qualquer outro veículo com peso bruto total superior a três mil e quinhentos quilogramas.

1.2.4. Entenda-se por manutenção preventiva as revisões e serviços para garantir as melhores condições de desempenho do veículo no que se refere ao seu funcionamento, rendimento e segurança, bem como, prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos aos componentes, ou mesmo na paralisação do veículo.

1.2.4.1. **TODO SERVIÇO A SER PRESTADO PARA REVISÃO** será em veículos novos e semi- novos, inclusive as revisões programadas por empresa credenciadas junto a montadora, ainda em prazo de garantia do fabricante, recentemente adquiridos pela PMMG.

1.2.5. Entenda-se por manutenção corretiva o reparo em avarias, solucionando os defeitos em seus componentes, peças ou sistemas, com vistas a garantir as melhores condições de desempenho do veículo, bem como a substituição ou conserto de peças e equipamentos que apresentem defeito ou desgaste, de acordo com as especificações recomendadas pela montadora do veículo, e ainda serviços de lanternagem e pintura, quando decorrentes de ação policial legítima, devidamente apreciados e autorizados pela Administração.

1.2.6. Entende-se por **fornecimento de peças**, a situação em que a administração buscando celeridade no reparo das viaturas e economicidade, resolve realizar os reparos diretamente na oficina orgânica da 10ª RPM, solicite as peças da contratada mediante aceitação de percentual de desconto mínimo de peças, podendo a contratada propor descontos maiores.

1.2.7. Entende-se por **eventual emprego de peças**, a situação em que a administração buscando celeridade no reparo das viaturas, solicite o emprego de peças da contratada mediante aceitação de percentual de desconto mínimo de peças, podendo a contratada propor descontos maiores. No caso da necessidade de substituição de peças, componentes ou demais insumos automotivos, estas deverão ser fornecidas, mediante autorização da Contratada, com os seguintes descontos em relação ao preço da peça genuína aferido junto a tabela de preços do fabricante:

1.2.7.1. 05 (dez) por cento de desconto para peças genuínas para o Lote 01 e 20 (vinte) por cento de desconto para peças genuínas para o Lote 02;

1.2.7.2. 08 (oito) por cento de desconto para peças originais para o Lote 01 e 10 (dez) por cento de desconto para peças originais para o Lote 02;

1.2.7.3. Não sendo possível aferir o preço de tabela de peças genuínas ou sendo identificadas discrepâncias em relação ao valor da cotação das peças, a Contratante poderá, a seu critério, estabelecer como preço de referência, a mediana dos valores apurados em três orçamentos obtidos no mercado local.

1.2.7.4. Para os fins deste edital, as peças, componentes, acessórios e materiais serão considerados:

Genuínos, conforme ABNT/ NBR – 15296/ 2005 e ABNT/ NBR 15832/ 2010, quando destinados a substituir peças, componentes, acessórios e materiais que integram o produto original (veículo produzido na linha de montagem), são concebidos pelo mesmo processo de fabricação (tecnologia) e apresentam as mesmas especificações técnicas dos itens que substitui. As peças, componentes, acessórios e materiais genuínos passaram pelo controle de qualidade das montadoras e são revendidos em sua rede de concessionárias.

Originais, conforme ABNT/ NBR – 15296/ 2005 e ABNT/ NBR 15832/ 2010, quando apresentam as mesmas especificações técnicas e características de qualidade dos itens que integram o produto original (veículo produzido na linha de montagem). As peças, componentes, acessórios e materiais originais são produzidos pelos mesmos fabricantes que fornecem às montadoras, sendo porém, comercializados por distribuidores e comerciantes do ramo, com o nome do fabricante.

1.2.8. As peças e/ou acessórios substituídos deverão ser relacionados com a numeração e valor, conforme catálogo da montadora ou no sistema AUDATEX, CILIA, TEMPARIA ou equivalentes, para conferência do orçamento que deverá ser emitido previamente.

1.2.9. Caso a Seção de Transportes necessite de alguma peça que não exista no catálogo de peças/tabela de preços da montadora, a aquisição poderá ser feita mediante justificativa da seção, devidamente assinada pelo chefe da seção de transporte, autorizando a aquisição da peça e observado os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade, com o objetivo de maximizar os resultados e minimizar os custos.

1.2.10. As peças e componentes substituídos pela contratada deverão ser entregues à contratante, quando da entrega das viaturas.

1.2.10.1. As peças e componentes substituídos pela PROPONENTE vencedora, deverão ser entregues à Contratante devidamente acondicionadas, no ato do recebimento do veículo reparado.

1.2.11. Havendo necessidade de substituição de peças e/ou acessórios por empresa credenciada junto à montadora, deverão ser fornecidas aquelas genuínas.

1.2.12. Havendo a necessidade de substituição de peças e/ou acessórios por empresa prestadora de serviços em veículos multimarcas, deverão ser fornecidas aquelas originais.

1.2.13. Caso a empresa contratada para prestar serviços em veículos multimarcas, quando ocorrer a indisponibilidade de peças e/ou acessórios originais, deverão ser fornecidas obrigatoriamente peças e/ou acessórios genuínos.

1.2.14. O valor dos serviços de manutenção e reparo executados para todos os lotes serão aferidos por meio da aplicação da “Hora/Homem” trabalhada, pela quantidade de tempo prevista para a realização dos serviços, observada a Tabela Padrão de Mão de Obra (Tempária), disponibilizada pela empresa credenciada junto à montadora dos veículos. Com relação aos serviços de alinhamento, balanceamento e cambagem, estes serão aferidos por unidade, ou seja por serviço executado.

1.2.15. Na eventualidade da linha da montadora de qualquer das marcas/modelo não disponibilizarem a Tabela de Tempos de Execução dos Serviços, será utilizado como referência os tempos de execução disponibilizados no sistema AUDATEX, CILIA, TEMPARIA ou equivalente.

1.2.15.1. Sempre que houver alterações de preços na tabela de preços de peças e acessórios, e na tabela de tempo de hora trabalhada (TEMPÁRIO), conforme descrito neste edital, serão considerados os valores da última tabela entregue pela PROPONENTE VENCEDORA, devendo esta, assim que possível, entregar e instalar as novas tabelas de preços vigente.

- 1.2.16. Os serviços objeto deste Edital deverão ser executados preferencialmente pela proponente vencedora. A sublocação é de inteira responsabilidade da proponente vencedora, sem prejuízo da sua responsabilidade pelo ônus e qualidade técnica dos serviços.
- 1.2.16.1. A Contratante reserva-se o direito de pesquisar no mercado, os preços dos serviços cedidos ou sublocados a terceiros, conforme previsto no item anterior, desobrigando-se pelo pagamento de tais serviços, caso o preço orçado pela proponente vencedora seja superior ao praticado no mercado, salvo se houver a redução do valor.
- 1.2.17. Os serviços a ser executados pela proponente vencedora serão solicitados pelo EM/10ª RPM, 15º BPM, 46º BPM, 10ª Cia PM Mamb, 10ª Cia PM RV de acordo com as necessidades da Instituição Policial Militar, não implicando no empenho total do montante do contrato à proponente.
- 1.2.18. A cada serviço a Contratante solicitará à proponente vencedora um orçamento prévio que deverá ser preparado de forma detalhada, abrangendo a marca, modelo/ano e prefixo do respectivo veículo, com a descrição dos serviços a ser executados, número de horas-homem prevista para o reparo, com base na tabela de tempo padrão de mão de obra, e ainda, relacionar todas as peças e componentes a serem substituídos, especificando o nome da peça, quantidade, marca, código do fabricante e seus preços brutos e líquidos unitários e total (já deduzido o ICMS e o desconto de mercado fechado no processo licitatório), tudo com base na tabela oficial de preço do fabricante.
- 1.2.19. O número de horas a serem utilizados na execução de cada tipo de serviço a ser considerado para efeito de pagamento, terá como base o constante das tabelas de tempo padrão de mão de obra elaboradas/fornecidas pelos fabricantes dos veículos de quatro rodas e de duas rodas, não sendo permitido acréscimo de etapa ou fase de serviços já incluídos na sua descrição final.
- 1.2.20. A proponente vencedora obriga-se a entregar à Contratante, no ato da assinatura do contrato produto desta licitação, um CD-ROM com a tabela vigente Oficial de Preços de Peças e Acessórios Originais fornecida/elaborada pelo Fabricante, e da tabela utilizada pela concessionária relativa ao número de horas utilizadas na execução de cada tipo de serviço (TPMO). No caso do fabricante da linha objeto desta licitação não fornecer estes, fica facultado a Contratante realizar a fiscalização direta através de funcionário da Seção de Transportes junto à Contratada, ou pesquisa de preços no mercado.
- 1.2.20.1. Faculta-se à Contratante verificar, junto aos fabricantes dos veículos, a autenticidade/procedência das tabelas mencionadas no subitem 1.3.17, sujeitando-se a PROPONENTE vencedora, na hipótese de não confirmação da autenticidade/procedência das tabelas, às penalidades legais cabíveis.
- 1.2.21. A PROPONENTE vencedora não poderá executar qualquer serviço e/ou substituir peças que não constem do orçamento aprovado pela Contratante.
- 1.2.22. A PROPONENTE vencedora obriga-se a, no caso de promoções de preços de serviços e de peças, estendê-las à Contratante, desde que em condições mais vantajosas do que o preço ofertado para a hora/homem e do desconto ofertado para as peças por força deste Edital.
- 1.2.23. A proponente vencedora deverá receber e entregar as viaturas policiais militares da Contratante, durante o horário de funcionamento comercial da empresa, nos endereços:
- a) Relativos ao lote 01 na Av. Coronel Wesley Rodrigues Rosa nº 450 (antiga Av. Cmt Vicente Torres), nº 450 - Bairro Jd. Céu Azul - Patos de Minas/MG, 15º BPM
- b) Relativos ao lote 02 na Av. Marciano Pires, nº 895 - Bairro Industrial - Patrocínio/MG, 46º BPM
- 1.2.24. Em caso de defeito ou acidentes que impossibilite o respectivo veículo de locomover-se, a empresa contratada deverá providenciar, imediatamente, independente de horário, a remoção do veículo para suas instalações e outro local indicado pela Contratante.
- 1.2.25. No momento de emitir a nota fiscal a PROPONENTE vencedora deverá detalhar em campo próprio as peças que foram eventualmente substituídas.
- 1.2.26. Não utilizar mão de obra de terceiros SEM EXPRESSA E PRÉVIA autorização do contratante, durante a vigência do respectivo contrato;
- 1.2.27. Caso haja o emprego de peças e/ou serviço de guincho, o valor cobrado pela peça e/ou serviço será abatido do saldo de contrato, o qual é proporcional às horas a serem trabalhadas, tendo como consequência menos horas de saldo de contrato.
- 1.2.28. A Contratante não se compromete a adquirir as peças da contratada, todavia a contratada deverá fornecer as peças solicitadas pela contratante.

1.3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS CORRETIVOS E PREVENTIVOS

- 1.3.1. A contratada só poderá iniciar a execução dos serviços indicados nos diagnósticos e orçamento após receber autorização expressa do Fiscal do Contrato.
- 1.3.2. Do fornecimento de peças e acessórios:
- 1.3.2.1. Havendo necessidade de substituição de peças e/ou acessórios por empresa credenciada junto à montadora, deverão ser fornecidas aquelas genuínas.

- 1.3.2.2. Havendo a necessidade de substituição de peças e/ou acessórios por empresa prestadora de serviços em veículos multimarcas, deverão ser fornecidas aquelas originais.
- 1.3.2.3. Caso a empresa contratada para prestar serviços em veículos multimarcas, quando ocorrer a indisponibilidade de peças e/ou acessórios originais, deverão ser fornecidas obrigatoriamente peças e/ou acessórios genuínos.
- 1.3.2.4. As peças e/ou acessórios substituídos deverão ser relacionados com a numeração e valor, conforme catálogo da montadora ou no sistema AUDATEX, CILIA, TEMPARIA ou equivalentes, para conferência do orçamento que deverá ser emitido previamente.
- 1.3.2.5. As peças e/ou acessório substituídos pela contratada deverão ser disponibilizadas à contratante juntamente com a entrega das viaturas, finalizados os serviços.

1.3.3. Os serviços de manutenção são os abaixo descritos, dentre outros que porventura possam ocorrer:

- a) Sistema de alimentação do veículo, incluindo injeção eletrônica de veículos movidos a Diesel;
- b) Sistema de direção, alinhamento, balanceamento e cambagem;
- c) Sistema de ar-condicionado automotivo;
- d) Serviços de escapamento, de freios e de suspensão;
- e) Serviços de caixa de câmbio, diferencial, bomba injetora e retífica de motor;
- f) Parte mecânica e eletroeletrônica;
- g) Serviços de tapeçaria e vidraçaria;
- h) Serviços de funilaria e pintura se necessário;
- i) Demais itens para utilização dos veículos de maneira segura, econômica e eficiente;
- j) Serviço de guincho para veículo;
- k) Serviço de lavagem e higienização de viatura;
- l) Serviços de reparo em pneus e troca quando forem fornecidos pela contratada ou pela contratante.

1.4. **Dos serviços de reboque:**

- 1.4.1. Quando os veículos não puderem trafegar até a oficina da CONTRATADA para os necessários reparos ou serviços, em consequência de defeitos mecânicos, elétricos ou quaisquer outras avarias ou panes ocorridas, a CONTRATADA, mediante autorização da contratante, deverá providenciar a execução do serviço de reboque, responsabilizando-se integralmente pelo veículo transportado.
- 1.4.2. A CONTRATADA deverá realizar os serviços somente após receber autorização expressa, escrita (e-mail) da SEÇÃO DE FROTA/10ª RPM.
- 1.4.3. A contratada deverá possuir ou contratar serviço de reboque.
- 1.4.4. O reboque deverá atender as demandas da 10ª RPM, do 15º BPM, do 46º BPM, da 7ª Cia PM RV e 7ª Cia PM Mamb, em qualquer lugar do Estado de Minas Gerais.
- 1.4.5. Caso seja necessária a subcontratação de serviço de reboque os valores cobrados por este serviço serão os mesmos praticados no mercado, sendo que trimestralmente a contratante colherá no mínimo três orçamentos para obtenção do preço médio que será o valor a ser cobrado, observando um valor fixo para perímetro urbano e kms rodados para zona rural ou outro município. O valor cobrado será a média dos orçamentos colhidos pela contratante. O valor deverá ser atualizado trimestralmente utilizando o mesmo procedimento citado anteriormente. O ponto zero de saída do guincho será contabilizado a partir do endereço da oficina contratada. Ainda deverá ser observado os seguintes procedimentos:
 - 1.4.5.1. a autorização para a remoção do veículo a ser mantido será emitida por preposto do contratante, podendo ser transmitida por e-mail ou telefone, desde que asseguradas a veracidade e a exatidão das informações;
 - 1.4.5.2. para a remoção dos veículos a empresa contratada deverá utilizar os meios materiais previstos em legislação específica em vigor, ou seja, com a utilização de recursos e equipamentos apropriados para tal fim;

1.4.5.3. o contratado deverá informar o número telefônico para acionamento do serviço de reboque, com funcionamento 24h. Nos casos de subcontratação deverá ser disponibilizado o contato do prestador subcontratado para acionamento direto pelo contratante.

1.5. DO EMPREGO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS

1.5.1. Havendo necessidade de substituição de peças/aceessórios, tal substituição deverá ser efetuada mediante prévia autorização da Seção FROTA/10ª RPM, Seções Administrativas ou de Transportes das Unidades Operacionais, ou equivalentes, sendo observado o valor da peça, com o desconto na tabela, da respectiva montadora como referência de valor máximo praticado pelo fornecedor, podendo a contratada propor descontos maiores.

1.5.2. As peças/aceessórios substituídas deverão ser relacionadas com a numeração, conforme catálogo da montadora, para conferência do orçamento que deverá ser emitido previamente.

1.5.3. Caso a Seção de Transportes necessite de alguma peça que não exista no catálogo de peças/tabela de preços da montadora, a aquisição poderá ser feita mediante justificativa da seção, devidamente assinada pelo chefe da Seção de Transporte, autorizando a aquisição da peça e observado os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade, com o objetivo de maximizar os resultados e minimizar os custos.

1.5.4. Entenda-se por PEÇAS DE REPOSIÇÃO ORIGINAL OU GENUÍNA a conceituação dada pela ABNT NBR 15296/2005:

1.5.4.1 As peças e/ou acessórios substituídos deverão ser relacionados com a numeração e valor, conforme catálogo da montadora ou no sistema AUDATEX, CILIA, TEMPÁRIA ou equivalentes para conferência do orçamento que deverá ser emitido previamente. Tal catálogo deverá ser fornecido pela contratada.

1.5.5. Poderão ser aceitas peças de primeira linha, desde que o desconto seja superior ao desconto fornecido quando do fornecimento das peças originais e desde que aprovadas pela Seção Frota da 10ª RPM.

1.5.6. **As peças e componentes substituídos pela contratada deverão ser entregues à contratante, devidamente acondicionadas nas embalagens das peças novas que foram adquiridas pela contratante.**

1.5.7. Durante o cadastramento da proposta no portal de compras, o proponente deverá lançar no campo devido, o valor total para cada lote, tendo como referência os valores totais constantes na tabela acima. Exemplo: lote 1: 100 horas x valor da hora ofertada = valor da proposta a ser cadastrada no portal.

1.5.8. Entende-se por **VEÍCULOS LEVES**: ciclomotor, motoneta, motocicleta, triciclo, quadriciclo, automóvel, utilitário, caminhonete e camioneta, com peso bruto total inferior ou igual a três mil e quinhentos quilogramas.

1.5.9. Entende-se por **VEÍCULOS PESADOS**: ônibus, micro-ônibus, caminhão, caminhão-trator, trator de rodas, trator misto, chassi-plataforma, motor-casa, reboque ou semirreboque, combinação de veículos, veículo leve tracionando outro veículo, ou qualquer outro veículo com peso bruto total superior a três mil e quinhentos quilogramas.

1.5.10. O valor dos serviços executados será aferido por meio da aplicação da "Hora/ Homem Trabalhada", contratada, pela quantidade de tempo prevista para a realização dos serviços, observada a Tabela de Tempos de Execução dos Serviços (TEMPÁRIA), do SINDIREPA DE MINAS GERAIS (ou tabela equivalente aprovada pela seção Frota da 10ª RPM) para veículos de quatro rodas e CATÁLOGO de peças com TMO (tempo de mão de obra) para veículos de duas rodas, disponibilizada pela CONTRATADA e aprovada pela Seção Frota.

1.5.11. Poderá ser aceito o serviço cobrado pelo preço de balcão/mercado, desde que seja abaixo do valor das tabelas para o serviço, com a discriminação do desconto executado e assegurado a garantia do serviço.

1.5.12. O valor autorizado anual aprovado pelo gestor DAL para atender as demandas da 10ª RPM, 15º BPM e 46º BPM, será de R\$ 331.510,00 (trezentos e trinta e um mil, quinhentos e dez reais) durante o período estipulado em contrato, **conforme necessidade da Unidade**, podendo ser prorrogado. Desse montante serão destinados R\$ 212.280,00 para veículos LEVES e R\$ 10.200,00 para veículos PESADOS, referente ao Lote 01 e R\$ 105.000,00 para veículos LEVES e R\$ 4.030,00 para PESADOS, referente ao Lote 02.

1.5.13. O valor autorizado anual, para a 7ª Cia PM RV é de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) durante o período estipulado em contrato, **conforme necessidade da Unidade**, podendo ser prorrogado. Desse montante serão destinados R\$ 170.000,00 para veículos LEVES, referente ao Lote 01 e R\$ 100.000,00 para veículos LEVES, referente ao Lote 02.

1.5.14. A previsão de recursos financeiros oriundos de convênio para a atender demandas da 7ª Cia PM Mamb é de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) durante o período estipulado em contrato, **conforme necessidade da Unidade**, podendo ser prorrogado. Desse montante serão destinados R\$ 70.000,00 para veículos LEVES, referente ao Lote 01 e R\$ 40.000,00 para veículos LEVES, referente ao Lote 02.

1.5.15. O contrato é por demanda, ou seja, a contratada receberá pelos serviços efetivamente prestados, não tendo obrigatoriedade de executar todo o contrato. Não havendo demanda de manutenção não haverá execução contratual.

1.5.16. O saldo empenhado pode ser usado para manutenção e/ou reposição de peças de qualquer um dos itens do lote até o limite do valor total do lote do contrato, ou seja, o saldo de uma categoria de veículos pode ser usado em outra. Porém deve ser da mesma fonte de recursos, ou seja, veículos da mesma Unidade Policial Militar.

1.6. DA SUBCONTRATAÇÃO

1.6.1. OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DEVERÃO SER EXECUTADOS PREFERENCIALMENTE PELA CONTRATADA, A SUBCONTRATAÇÃO É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, SEM PREJUÍZO DA SUA RESPONSABILIDADE PELO ÔNUS E QUALIDADE TÉCNICA DOS SERVIÇOS.

1.6.2. Os serviços objeto deste certame deverão ser executados prioritariamente pela contratada, podendo ser admitida a subcontratação do objeto licitatório com autorização previa da CONTRATANTE, através do Gestor do contrato.

1.6.3. A subcontratação do serviço deverá ser comunicada previamente à contratante, que deverá verificar as condições e o local onde o serviço será realizado.

1.6.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

1.7. AVALIAÇÃO DE CUSTO

1.7.1. Durante o cadastramento da proposta no portal de compras, o proponente deverá lançar no campo devido, o valor total para cada lote, tendo como referência os valores totais existentes nas tabelas constantes no item 1.1 deste anexo; o preço é calculado à razão de "hora/homem trabalhada" conforme Modelo de Proposta Comercial Anexo II.

1.7.2. Atendendo ao disposto no artigo 40 da lei 14.133/21, combinada com o artigo 6º, inciso I, alínea "e" do Decreto Estadual 44.786/08, a Seção de Frota procedeu a avaliação do mercado, tendo por base os valores de orçamentos em tabelas de empresas do ramo de manutenção automotiva.

1.7.3. Durante o cadastramento da proposta no portal de compras, o proponente deverá lançar no campo devido, o valor total para cada lote, tendo como referência os valores totais existentes nas tabelas do início deste anexo; o preço é calculado à razão de "hora/homem trabalhada".

1.7.4. Deverá apresentar também declaração de que dispõe de instalação, equipamentos e serviços abaixo relacionados.

1.7.5. Estruturada para realização dos serviços de manutenção corretiva e preventiva a serem contratados.

1.7.6. Área útil coberta e segura das instalações físicas da oficina, disponíveis para receber, simultaneamente, no mínimo 03 (três) veículos de porte médio para manutenção.

1.7.7. Recursos essenciais para que os serviços prestados tenham a técnica / qualidade / presteza exigida para os padrões do fabricante dos veículos (conforme o lote que estiver participando):

a) Elevador hidráulico ou elétrico para elevação dos veículos.

b) Ferramentas adequadas para a realização dos reparos nos veículos com segurança e precisão.

c) Local coberto e seguro com capacidade para abrigar todos os veículos quando os mesmos estiverem sendo reparados, evitando, assim, que fiquem expostos a condições climáticas que prejudiquem o bom estado de conservação dos veículos.

1.7.8. A contratada deverá comprovar que possui assistência técnica instalada na localidade a qual foi destinada o lote, indicando o endereço.

1.7.9. A contratada deverá prestar, sempre que necessário ou quando acionada, esclarecimentos sobre as peças e acessórios adquiridos, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos serviços.

1.7.10. A contratada responderá pela guarda e conservação dos veículos quando do encaminhamento das viaturas para a execução dos serviços. A contratada será penalizada com sanção de multa por uso irregular do veículo, além de ter que providenciar placas de "Veículo em Manutenção" para sobrepor as logomarcas da Instituição em caso de teste externo, devidamente autorizado pelo Chefe da Seção Frota ou equivalente.

1.7.11. A contratada assume inteira e total responsabilidades técnicas pela execução dos serviços contratados e pela qualidade dos materiais empregados.

1.7.12. Sempre que houver alterações de preços na tabela de preços de peças e acessórios e na tabela de tempo de hora trabalhada (TEMPÁRIA, CILIA), conforme descrito neste edital, serão considerados os valores da última tabela entregue pela PROPONENTE VENCEDORA, devendo esta, assim que possível, entregar e instalar as novas tabelas de preços vigente.

1.8. **Caracterização do objeto:**

1.8.1. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.9. **Lotes exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte:**

1.9.1. A participação é aberta a todos, sem exclusividade ou reserva de lotes para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados aos benefícios do Decreto nr. 47.437, de 2018, e Lei complementar nr. 123/2006.

1.10. **Da Contratação:**

1.10.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.10.2. Encerrado o procedimento de contratação, o licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, de acordo com o art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.10.3. O contrato oferece melhor detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.9 Descrição da Solução:

1.9.1 Deve-se realizar a contratação de uma empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos leves e pesados visto que existe um contrato em execução, porém não atende a demanda da unidade.

2. **FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Atender as necessidades da Polícia Militar de Minas Gerais quanto à contratação de oficina especializada em manutenção de veículos leves e veículos pesados cujas ações se destinam à manutenção da frota de viaturas da PMMG, conforme autorização da Diretoria de Apoio Logístico (DAL), visando manter a capacidade de resposta operacional da PMMG.

2.2. 3.2. O uso severo das viaturas, característico das atividades policiais, bem como alto risco das operações, requerem das viaturas empregadas, plena capacidade de uso, o que faz necessária uma manutenção constante.

2.3. 3.3. O interesse público envolvido no presente processo de aquisição fica claro pela necessidade de manter as viaturas em condições de atender à sociedade, nas ações de prevenção e combate à criminalidade.

2.4. 3.4. O serviço policial é voltado para o atendimento de necessidades públicas permanentes, já que as viaturas são cotidianamente requisitadas para o andamento normal das atividades da Corporação. Junta-se a isto o fato de existir "essencialidade" justificada pelos danos e prejuízos que podem ser causados à sociedade em caso de eventual paralisação do serviço, assim como para assegurar a integridade do patrimônio público e manter o funcionamento de atividades finalísticas deste órgão administrativo, visto que as viaturas policiais são indispensáveis nas ações cotidianas e que, em muitos casos, fazem a diferença no êxito de uma operação de combate ao crime.

2.5. 3.5. Em relação ao quantitativo de itens a serem contratados, esclarecemos que essa quantidade é meramente estimativa, uma vez que se tratam de serviços continuados de manutenção em viaturas, ao longo de um período de 12 (doze) meses, de natureza imprevisível, sujeitos a inúmeros fatores determinantes, de igual forma imprevisíveis, sendo então, impossível a determinação exata da quantidade de itens de contratação. Portanto, em termos de quantitativos de itens, neste caso concreto, o importante é a exposição do valor global da contratação, para cada um dos lotes específicos, o qual permitirá, mediante a sessão de lances no curso do pregão eletrônico, a aquisição de mais ou menos itens de contratação Homem/Hora trabalhada.

3. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A inscrição junto ao provedor do sistema implica a presunção da capacidade técnica do licitante.

3.2. **Da participação de consórcios:**

3.2.1. Não será permitida a participação de empresas em reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer bens de forma independente.

3.3. Da Sustentabilidade:

3.3.1. Os critérios de sustentabilidade da contratação devem ser atendidos de acordo com os seguintes requisitos:

3.3.1.1. A Contratada deve estar devidamente licenciada/ registrada junto à entidade sanitária e ambiental competente; possuir quadro de pessoal tecnicamente qualificado e legalmente habilitado no registro de classe competente para a execução dos serviços; utilizar produtos de qualidade, que estejam devidamente registrados, e os descartes em locais apropriados;

3.3.1.2. Redução da quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada.

3.3.1.3. Contratada deverá atender os requisitos na Lei n. 12.305, de 02Ago10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e ainda a Resolução do CONAMA 001, de 23 de Janeiro de 1996, que dispõe sobre impacto ambiental.

3.4. Da indicação de marcas e modelos:

3.4.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

3.5. Da vedação de utilização de marca ou modelo:

3.5.1. As peças deveram ser genuínas e/ou originais.

3.6. Da exigência de carta de solidariedade:

3.7. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.8. Da garantia da Contratação:

3.8.1. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

3.9. Condições e especificações da garantia do serviço

3.9.1. Será aplicada ao serviço, somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

3.9.2. As garantias legal e contratual não se sobrepõem, devendo os seus prazos serem somados.

3.9.3. A garantia será prestada com vistas a manter a qualidade do serviço prestado, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

3.9.4. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação dos serviços que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da notificação.

3.9.5. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

3.9.6. Decorrido o prazo para reparo da prestação do serviço sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição de componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia do serviço prestado.

3.10. Justificativa da Contratação:

3.10.1. As viaturas integrantes da frota das unidades da 10ª RPM, mantidas pelas respectivas seções Administrativas/FROTA, estão, em média, com mais de 05 (cinco) anos de uso, período este superior ao garantido pelos fabricantes.

3.10.2. As manutenções em concessionárias das marcas das montadoras, nos casos de veículos mais velhos, oneram e dificultam a manutenção, pois muitas peças já não são mais encontradas no mercado.

3.10.3. Assim, face à utilização das viaturas em regime severo, somado à crescente diminuição do quadro de pessoal especializado em manutenção automotiva, torna-se imprescindível à contratação de empresa especializada para manutenção veicular, em suplementação aos serviços já realizados pela seção FROTA/10ª RPM, para que as frações que dispõe de recurso de convênio financeiro possam cumprir sua missão constitucional, ou seja, zelar pela segurança pública.

3.11. JUSTIFICATIVA PARA A LIMITAÇÃO DE DISTÂNCIA DE ATÉ 15 KM DA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM RELAÇÃO À SEDE DA(S) UNIDADE(S) REFERÊNCIA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.11.1. O objetivo é contratar empresa do ramo de serviços automotivos que preste serviços próximo as Unidades contempladas de acordo com os Lotes 01 e 02, para atender as demandas de manutenções de viaturas em geral em razão dos seguintes motivos:

3.11.1.1. Há situações em que a Viatura não possui condições de transitar em vias públicas e se torna necessário o acionamento de um veículo guincho para efetuar o transporte até a empresa vencedora do certame. Quanto maior a distância das Unidades Referência até a(s) empresa(s) vencedora(s), mais oneroso será para o erário;

3.11.1.2. Toda viatura que possui condições de trânsito em via pública, quando levada até oficina terceirizada, torna necessário o empenho de dois PMs, um com a viatura que ficará na oficina para reparos e ou manutenções, e outro para trazer o policial até a Seção Administrativa ou FROTA/10ª RPM.

3.11.1.3. Com a redução do efetivo da Seção de Transportes, se torna inviável que os mecânicos fiquem fora da seção, conduzindo viaturas até a oficina terceirizada, enquanto outras viaturas se encontram na oficina da Seção Administrativa ou FROTA/10ª RPM "baixadas", aguardando conserto;

3.11.1.4. Em algumas situações, em virtude da demanda ocorrida com determinada viatura, há a necessidade de deslocamento até a oficina terceirizada. Há casos em que o deslocamento ocorre duas ou três vezes, e esse deslocamento diminui consideravelmente o tempo de prestação de serviços dos militares à seção de transportes.

3.11.1.5. A cada dia, o trânsito de veículos na região aumenta e torna-se congestionado. Diante disto, quanto maior for a distância para o deslocamento da viatura até a oficina terceirizada, maior será o risco de envolvimento em acidentes, maior o consumo de combustível, além das horas de trabalhos dos militares que se perderá no trânsito;

3.11.1.6. Finalmente, devido a grande quantidade de viaturas nas unidades e frações apoiadas que dispõe de recurso de convênio financeiro, como também, devido ao desgaste da frota, em razão do tempo de uso, há sempre diversas viaturas baixadas, gerando um volume enorme de trabalho o que obriga a administração a buscar meios que agilizem a execução dos serviços;

3.11.1.7. A contratada deverá encaminhar junto com a proposta original o endereço do local onde serão executados os serviços de manutenção para realização de diligências e vistoria técnica dos membros da CPARM ou representante designado pela Contratante.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Prazos e condições de prestação dos serviços:

4.1.1. O serviço será executado de forma parcelada e contínua, de acordo com a necessidade das Unidades envolvidas.

4.1.2. O prazo para execução do serviço objeto desta licitação iniciará após o recebimento da Nota de Empenho e da autorização para execução dos serviços.

4.1.3. O prazo de entrega do serviço após a autorização pelo Setor responsável é de 72 (setenta e duas) horas após o cumprimento dos tempos constantes na Tabela Oficial de Tempo de Serviço da linha do fabricante, de acordo com a data e a hora da entrada da viatura na oficina da CONTRATADA.

4.1.4. Caso o prazo vença em sábado, domingo ou feriado o prazo de entrega ficará postergado para a primeira hora do primeiro dia útil subsequente. Na hipótese de ter se esgotado no estoque da contratada ou do fabricante, a peça e/ou acessório será colocado em pedido especial de veículo imobilizado, abreviando assim sua remessa.

4.1.5. Os serviços serão prestados para os Batalhões PM abaixo listadas e suas respectivas Unidades apoiadas:

a) Lotes 1 e 02 referência: EM/10ª RPM, 15º BPM, 46º BPM, 10ª Cia PM Mamb, 10ª Cia PM RV.

4.1.6. **OBS: As Unidades PM apoiadas pelos Batalhões supramencionados localizam-se em diferentes municípios pertencentes à 10ª RPM.**

4.2. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

4.2.1. O veículo mantido deverá ser recebido pela CPARM designada pela CONTRATANTE ou outro militar responsável que adotará os seguintes procedimentos:

4.2.1.1. **provisoriamente:** de posse de uma via do Contrato receberá os bens para verificação das especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços, e outros dados pertinentes e, encontrando irregularidade, fixará novos prazos para correção pela CONTRATADA, ou aprovando, receberá provisoriamente os bens, mediante recibo;

4.2.1.2. **definitivamente:** no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da entrega provisória para verificação da integridade e realização de testes de funcionamento se for o caso, sendo aprovados, será efetivado o recebimento definitivo mediante expedição de termo circunstanciado e recibo apostado na Nota Fiscal, em conformidade com as normas internas;

4.2.2. O não cumprimento do contrato no que se refere ao objeto em conformidade com as especificações constantes do Edital, obriga a CONTRATADA a providenciar sob suas expensas os reparos, substituições dos materiais, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do recebimento da notificação, ficando o pagamento do material suspenso até a efetiva e regular entrega do objeto em condições de ser aceito.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. Condições de Recebimento:

5.1.1. Os serviços prestados serão recebidos provisoriamente pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante verificação da documentação mensal enviada pela contratada bem como avaliação diária dos serviços prestados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

5.1.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.1.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.1.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, conforme art. 119 c/c art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.1.5. Os serviços prestados serão recebidos definitivamente, por servidores ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo (s) detalhado (s) que comprove (m) o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até dez dias corridos, contados a partir da emissão da nota fiscal.

5.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração notificará o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.9. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.2. Da Liquidação:

5.2.1. A liquidação será efetuada no prazo de até 10 dias corridos da data da entrega do serviço e respectivo ateste do contratante.

5.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.2.2.1. O vencimento;

5.2.2.2. A data da emissão;

5.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.2.2.4. O período respectivo de execução do objeto;

5.2.2.5. O valor a pagar; e

5.2.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.2.4. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3. Do Pagamento:

5.3.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até **30 (trinta dias)** corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.3.1.1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do IPCA ou taxa SELIC.

5.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.5. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

5.3.5.1. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do contratado e rescisão contratual.

5.3.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.3.6.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.3.6.2. Não produzir os resultados acordados;

5.3.6.3. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.3.6.4. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6. PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

6.2. Elaboração de Termo Aditivo para alterações e prorrogações e Termo de encerramento de contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Regras Gerais:

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e artigos 15 e 16 do Decreto 48.587, de 2023.

7.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

7.2. Da Fiscalização do Contrato:

7.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.2. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de ordoo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

7.3. Da Gestão do Contrato:

7.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes, repactuações ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento na modalidade pregão, conforme art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**, conforme art. 33, da referida Lei Federal.

8.2. Critérios de aceitabilidade da proposta:

8.2.1. A proposta terá validade de sessenta dias corridos contados da data da aceitação.

8.2.2. O critério de aceitação da proposta será o de MAIOR DESCONTO por hora/homem trabalhada, ofertado POR LOTE 1, na cidade de Patos de Minas e LOTE 2, na cidade de Patrocínio, de acordo com a especificação dos objetos constantes do item 1 deste Termo de Referência. O valor de desconto nas peças será fixo, e será definido no MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO para peças genuínas e MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO para peças originais.

8.2.3. As propostas comerciais deverão ser firmes e precisas, limitadas rigorosamente ao objeto desta licitação, não impor condições, não conter alternativas de preço ou qualquer outra opção que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.2.4. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua apresentação. A proposta comercial deverá incluir todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação de serviço objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.

8.2.5. Para fins de cálculo do desconto a ser ofertado, o licitante deverá calcular o valor da hora/homem a ser ofertada com base no valor da hora/homem de referência e lançar a proposta na forma de desconto percentual, ou seja, o valor da proposta será o desconto (em %) sobre o valor de referência da hora/homem trabalhada.

Exemplo do cálculo: Valor de referência (VR) = R\$ 120,00 (valor FIXO)

Valor da hora/homem ofertado (VO) = R\$ 110,00. (valor variável) proposto pelo fornecedor

Cálculo para obter o desconto: $(VR - VO) \times 100 / VR = \text{Desconto em \%}$

Para o exemplo acima, o desconto será de: $(120,00 - 110,00) \times 100 / 120,00 = 8,33\%$

No exemplo acima, o valor da proposta desse fornecedor seria de 8,33 % (oito vírgula trinta e três por cento) de desconto.

8.3. O desconto das peças que serão fornecidas para prestação do serviço, serão fixos, conforme percentuais obtidos em pesquisa de mercado, previstos para cada lote;

8.4. A porcentagem de desconto específico para peças fornecidas pelas empresas vencedoras durante o período de vigência do contrato será FIXO por lote/cidade, sendo que o valor percentual médio de descontos foi baseado no preço médio dos orçamentos coletados (tabela Tempária).

8.5. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 48.012/2020.

8.6. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, para todos os fins aqui dispostos, que não atender às exigências fixadas neste Edital, contenha vícios insanáveis, manifesta ilegalidade ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.

8.7. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio

licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.8. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021 para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecução da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.10. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade de diligência disponível no sistema, no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.12. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.14. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.

8.17. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço global nem dos unitários.

8.18. Aceita a oferta de menor preço, o sistema identificará o licitante detentor da melhor oferta, que deverá encaminhar a proposta comercial assinada eletronicamente, através de link próprio disponibilizado no chat pelo Pregoeiro, no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, atualizada com os valores obtidos na Licitação.

8.19. O licitante deverá comprovar sua habilitação mediante a documentação anexada junto a proposta comercial, conformes exigências do subitem da habilitação, prevista no Edital;

8.20. Não será necessário o envio de documentos que se encontrem válidos (devidamente vigentes no Certificado de Registro Cadastral - CRC) do Cadastro Geral de Fornecedor - CAGEF;

8.21. Para assinatura eletrônica, poderá ser utilizado o Portal de Assinaturas Digital disponibilizado pelo Governo de Minas Gerais, de acesso gratuito, disponível em: <http://www.portaldeassinaturas.mg.gov.br>;

8.22. Caso o licitante tenha problemas com assinatura eletrônica, poderá encaminhar a documentação física no original ou cópia autenticada da proposta adequada e demais documentos que estejam vencidos no CRC, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, após sua habilitação, para o seguinte endereço: Av. Professor Izidro Filho nr. 55, bairro Fabrício, Uberaba. A CPARM das unidades aceitará os serviços depois de emitida à nota fiscal eletrônica ou recibo devendo constar no campo “dados adicionais” N°. da nota empenho, código da unidade executora (1251642), dados bancários. Deve atender as especificações técnicas previstas neste termo de referência e será recebido provisoriamente e definitivamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, prazo em que será feita a verificação das especificações do serviço

8.23. A CPARM das unidades aceitará os serviços depois de emitida à nota fiscal eletrônica ou recibo devendo constar no campo “dados adicionais” N°. da nota empenho, código da unidade executora (1251642), dados bancários. Deve atender as especificações técnicas previstas neste termo de referência e será recebido provisoriamente e definitivamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, prazo em que será feita a verificação das especificações do serviço.

8.24. **Da Prova de Conceito:**

8.24.1. Não será exigida apresentação da prova de conceito.

9. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

9.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pela(s) assinatura(s) da(s) Proposta(s) Comercial(is).

- 9.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.
- 9.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores.
- 9.1.3. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- 9.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- 9.1.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

- 9.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 9.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 9.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - 9.2.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.
 - 9.2.3.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.
- 9.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 9.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

9.3. **Qualificação Econômica Financeira:**

- 9.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.
- 9.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais:
 - 9.3.2.1. Serão aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - 9.3.2.2. Sociedades regidas pela Lei Federal nr. 6.404/76 (sociedade Anônima):
 - 9.3.2.3. Publicadas em Diário Oficial; ou
 - 9.3.2.4. Publicadas em jornal; ou
 - 9.3.2.5. Por Cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
 - 9.3.2.6. Sociedades Limitadas (LTDA):
 - 9.3.2.7. Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com Termos de abertura ou encerramento; ou
 - 9.3.2.8. Por Cópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
 - 9.3.2.9. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar Federal nr. 123/06 (Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte) - "SIMPLES NACIONAL":

9.3.2.10. Por cópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

9.3.2.11. Os documentos exigidos no subitem 15.3.2.2, quando forem próprios, deverão ser assinados pelo representante legal do licitante e pelo seu contador ou, quando publicados em Órgão de Imprensa Oficial, deverão permitir a identificação do veículo e da data de sua publicação e conter o nome do contador e o número de seu registro no Conselho Regional de Contabilidade.

9.3.2.12. As pessoas jurídicas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital-ECD, bem como as sociedades empresárias que facultativamente aderiram aos sistema, nos termos da instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nr. 1774, de 2017, poderão apresentar a ECD para os fins previstos no subitem 15.3.2.2.

9.3.2.13. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a um ano, comprovados mediante a apresentação pelo fornecedor do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.3.2.14. Caso a empresa fornecedora apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado para a licitação.

9.3.2.15. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme disposto no art. 65, §1º da Lei Federal nr. 14.133 de 2021.

9.3.2.16. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de uma pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos.

9.3.2.17. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.3.2.18. Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil financeira, conforme dispões o artigo 112 da Lei Federal nr. 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.4. Da Qualificação Técnico-Operacional e Técnico Profissional

9.4.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto desta contratação.

9.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.4.2. Deverá apresentar também declaração de que dispõe de instalação, equipamentos e serviços abaixo relacionados:

9.4.2.1. estruturada para realização dos serviços de manutenção corretiva e preventiva a serem contratados;

9.4.2.2. área útil coberta e segura das instalações físicas da oficina, disponíveis para receber, simultaneamente, no mínimo 03 (três) veículos de porte médio para manutenção;

9.4.3. Quando os veículos não puderem trafegar até a oficina da CONTRATADA para os necessários reparos ou serviços, em consequência de defeitos mecânicos, elétricos ou quaisquer outras avarias ou panes ocorridas, o CONTRATADO, mediante autorização da contratante, deverá providenciar a execução do serviço de reboque, responsabilizando-se integralmente pelo veículo transportado.

9.4.4. A contratada deverá prestar, sempre que necessário ou quando acionada, esclarecimentos sobre as peças e acessórios adquiridos, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos serviços;

9.4.5. Para os serviços, a CONTRATADA deverá enviar diagnóstico e orçamento com o valor do serviço em até 02 (dois dias) úteis da entrada do veículo na oficina. Aos sábados, domingos e feriados o prazo ficará suspenso. No orçamento deverão ser inseridas pelo menos 2 (duas) fotos da avaria.

9.4.6. A contratada responderá pela guarda e conservação dos veículos da PMMG / 10ª RPM quando do encaminhamento dos mesmos para a execução dos serviços;

9.4.7. A contratada assume inteira e total responsabilidade técnicas pela execução dos serviços contratados e pela qualidade dos materiais empregados;

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

10.1. Da Contratante:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente termo de referência, contrato e eventuais anexos.

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído, no total ou em parte, às suas expensas.

10.1.4. Conceder prazo de (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

10.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, atestar nas notas fiscais/faturas da efetiva prestação de serviço, objeto do Termo de Referência.

10.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado, impondo-se a recusa se o objeto for defeituoso, tiver prazo de validade vencido, ou outras situações que inviabilizem o recebimento, hipótese em que se promoverá anotação da ocorrência em registro próprio.

10.1.7. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.8. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição da parcela do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.1.9. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à parcela do serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.

10.1.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.1.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.12. A Administração terá o prazo de até dez dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 16.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias corridos.

10.1.14. Aplicar ao Contratado as sanções regulamentares.

10.1.15. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

10.1.16. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.

10.1.17. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. Do Contratado:

10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.

10.2.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais nela empregados.

10.2.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

10.2.7. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.

10.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento.

10.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos serviços prestados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

10.2.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

10.2.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.2.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.2.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.15.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021

10.2.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.2.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

- 10.2.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 10.2.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- 10.2.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.2.22. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.
- 10.2.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.3. **Do Preposto:**

- 10.3.1. Não será necessária a designação de preposto do Contrato.

11. **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 11.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;
- 11.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;
- 11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;
- 11.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- 11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 11.2.1. **Advertência** - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- 11.2.4. **Multa:**
- 11.2.4.1. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

- 11.2.4.2. A sanção de multa, que deverá ser arbitrada nos limites percentuais previstos no Item 11.2.4.1., poderá ter natureza moratória e/ou compensatória, a depender da infração praticada pelo(a) Contratado(a).
- 11.2.4.3. A aplicação de multa moratória não obsta a aplicação de multa compensatória nem impede a conversão da multa moratória em multa compensatória, nas hipóteses de rescisão do contrato.
- 11.2.4.4. Sem prejuízo do disposto no §1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no caso de aplicação da sanção de multa, a autoridade competente, dentro do seu juízo discricionário, levará em consideração, no arbitramento do percentual da multa, os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 11.2.4.5. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. As multas moratórias ou compensatórias somadas não poderão ultrapassar o limite legal de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 11.2.4.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de trinta dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.7. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.8. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.9. As peculiaridades do caso concreto;
- 11.10. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.11. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 11.12. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos nesta última Lei citada, conforme art. 159 da referida Lei de Licitações.
- 11.14. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.17. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

12.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 711.510,00 (setecentos e onze mil, quinhentos e dez reais).

13. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações orçamentárias:

13.1.1. 7ª Cia PM Mamb - 1251.06.181.137.4374.0001.3.3.90.39.18.0.52.2

13.1.2. 7ª Cia PM RV - 1251.06.181.137.4374.0001.3.3.90.39.18.0.73.1

13.1.3. Estado Maior da 10ª RPM, do 15º BPM, do 46º BPM - 1251.06.181.137.4365.0001.3.3.90.39.18.0.10.1

13.2. As dotações relativas ao exercícios financeiros subsequentes serão indicadas após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes mediante apostilamento.

Edilon Rodrigues Alves, Cap PM

Chefe da Frota/10ª RPM

Eduardo Gonçalves Nunes Teixeira, 1º Ten PM

Agente de Contratação

Demétrios Xavier Gomes, Ten Cel PM

Ordenador de Despesas Substituto da 10ª RPM



Documento assinado eletronicamente por **Demétrios Xavier Gomes, Tenente Coronel**, em 11/11/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Rodrigues Alves, Capitão**, em 11/11/2024, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Gonçalves Nunes Teixeira, 1º Tenente**, em 11/11/2024, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **99278278** e o código CRC **F1739F61**.

Referência: Processo nº 1250.01.0015884/2024-04

SEI nº 99278278